

## INFORME SEMANAL

N. 16 | 18 a 22 de outubro de 2021

### **PL 2.058/2021 – RETORNO DE GESTANTES AO TRABALHO PRESENCIAL**

Nesta semana, após a aprovação pela Câmara dos Deputados, o Senado Federal recebeu o PL 2.058/2021, que altera a Lei n. 14.151/2021 e estabelece as regras de retorno ao trabalho aplicáveis às gestantes durante a pandemia. A proposta autoriza o retorno ao trabalho presencial das gestantes após a vacinação, observadas as orientações do Ministério da Saúde para sua imunização. Permanece a obrigação de afastamento nos casos em que a gestante ainda não tenha sido totalmente imunizada e suas atividades não sejam compatíveis com o teletrabalho.

### **PL 1.539/2021 – EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA**

O Plenário do Senado Federal aprovou o PL 1.539/2021, que altera a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, antecipando em 05 anos o compromisso assumido pelo Brasil para a contenção das emissões de GEE e redefinindo a meta de redução dessas emissões em 43%. Também prevê prazo de 120 dias após o início da vigência da lei para sua regulamentação através do detalhamento de ações para o alcance da meta, incluindo medidas contra o desmatamento ilegal. A proposta segue para deliberação pela Câmara dos Deputados.

### **PLP 50/2019 – VEDAÇÃO A PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n. 50/2019, rejeitando a proposta que tem como objetivo vedar, pelos próximos 05 anos, a realização de programas de regularização tributária, recuperação fiscal ou qualquer outra forma de parcelamento de caráter geral. Em seu voto, o Deputado Federal Júlio Cesar, relator do projeto, destacou que os programas de regularização tributária são importantes mecanismos para superar a crise econômica atual e os efeitos da pandemia, além de serem meios eficazes para o gerenciamento de créditos tributários. A proposta será objeto de análise em outras comissões da Câmara dos Deputados.

### **PL 4.334/2020 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL – CUSTO DO REGISTRO**

No dia 20 de outubro a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater o PL 4.334/2020, que estabelece um teto nacional para as custas de cartório para registro de garantias vinculadas às cédulas de financiamento rural. O texto

## INFORME SEMANAL

N. 16 | 18 a 22 de outubro de 2021

também prevê a implantação do sistema de registro eletrônico de imóveis, visando conferir maior celeridade a estes processos.

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA - CRISE NA PRODUÇÃO DE INSUMOS**

Nesta sexta-feira a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública para discutir a possibilidade de falta de defensivos agrícolas para a próxima safra, reflexo da escassez de matéria-prima chinesa. O assunto é uma das prioridades da Ocepar e da OCB, que participará como um dos convidados da audiência.